

## Mulheres e trabalho na formação social brasileira: imagens em discurso

Women and work in the Brazilian social formation: images in discourse

Luciana Iost Vinhas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### RESUMO

O presente texto aborda a relação entre mulheres e trabalho através da análise de duas imagens de mulheres em situação de trabalho informal: uma imagem referente ao período das eleições de 2020 e outra referente à campanha eleitoral de 2022, ambas no Brasil. Trataremos do trabalho precarizado executado por mulheres abordando discursivamente, com base na Análise Materialista do Discurso, a questão no estudo dessas duas imagens. Isso será articulado à maneira como os saberes sobre as mulheres são naturalizados em nossa formação social brasileira, considerada capitalista, patriarcal e racista. O efeito de naturalidade produzido pelas imagens precisa ser tensionado, considerando que os corpos que carregam as bandeiras dos candidatos às eleições são corpos de mulheres negras. Com o estudo, tratamos sobre a forma como o racismo e o sexismo se alia ao Estado na forma como as palavras ganham sentido.

### PALAVRAS-CHAVE

Análise Materialista de Discurso. Mulheres. Trabalho reprodutivo. Teoria da Reprodução Social.

### ABSTRACT

The present text deals with the relationship between women and work through the analysis of two images of women in informal work: an image referring to the 2020 election period and another referring to the 2022 electoral campaign, both in Brazil. Based on the Materialist Discourse Analysis, we will study the precarious work performed by women through a discursive approach by analyzing these two images. This will be articulated to the way in which knowledge about women is naturalized in our Brazilian social formation, considered capitalist, patriarchal, and racist. The effect of evidence produced by the images needs to be tensioned, considering that the bodies that carry the flags of the candidates for the elections are the bodies of black women. With the study, we deal with the way in which racism and sexism are allied to the State in the way words gain meaning.

### KEYWORDS

#### Luciana Iost Vinhas

Doutora em Letras pela UFRGS. Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPel. Líder do grupo de pesquisa Ordinário do Sentido e Resistência (OuSaR/CNPq). E-mail: luciana.vinhas@ufrgs.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1026-2277>.

Recebido em:  
19/10/2022

Aceito em:  
06/05/2023

MAI / JUL 2023  
ISSN 2317-9945 (ON-LINE)  
ISSN 0103-6858  
P. 63-78

Materialist Discourse Analysis. Women. Reproductive work. Social Reproduction Theory.

*Uma Negra e uma criança nos braços  
Solitária na floresta de concreto e aço [...]   
Família brasileira, dois contra o mundo  
Mãe solteira de um promissor vagabundo*  
Racionais MC's

## Brasil, outubro de 2022.

Isto a que se chama Brasil é um dos maiores países do mundo, tanto em número de habitantes quanto em dimensão territorial. O seu sistema político funciona conforme as decisões tomadas pela população em pleitos periódicos nos quais são definidos os seus representantes nas instâncias executivas e legislativas. O Brasil, assim como tantos outros países, é uma democracia; entretanto, é necessário mencionar que não há uniformidade na maneira como os países reconhecidos como democráticos a colocam em prática. Para a revista *The Economist*<sup>1</sup>, por exemplo, há um Índice da Democracia, calculado segundo alguns critérios de avaliação, e, no Brasil, esse índice diminuiu em 2021. No relatório da revista, há elementos importantes que determinaram a queda do Brasil no ranking. São eles: a exigência de renúncia de membros do Supremo Tribunal Federal, o questionamento do sistema eletrônico de votação e a ameaça de ignorar os resultados das urnas, todas ações praticadas pelo Presidente do país, em afrontas abertas às suas instituições. Tudo isso contribui para que nos afastemos, cada vez mais, do chamado “ideal de democracia”, como acontece, por exemplo, na Noruega.

O presente texto começa falando sobre democracia. Não pretendo trabalhar discursivamente sobre os índices citados, tampouco realizar uma análise dos ataques promovidos pelo Presidente brasileiro eleito em 2018. Quero começar lançando mais algumas considerações referentes a outubro de 2022 para chegar à questão principal deste estudo: o trabalho precarizado executado por mulheres negras. Vamos tratar disso a partir da discussão sobre duas mulheres em situação de trabalho no período das eleições de 2020 e de 2022 no Brasil, tentando abordar a questão discursivamente, com a base teórica da Análise Materialista de Discurso (AD). Tentarei relacionar o trabalho executado por mulheres à forma como os saberes sobre as mulheres são naturalizados em nossa formação social, que consideramos, nas atuais coordenadas sócio-histórico-ideológicas, capitalista, patriarcal e racista<sup>2</sup>.

Retornemos ao cenário das eleições: apesar das ameaças antidemocráticas, os movimentos partidários das eleições nacionais de 2022 seguem

---

1 Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/10/brasil-cai-em-ranking-de-democracia-da-economist-revista-poe-bolsonaro-entre-populistas-nao-liberais-da-america-latina.ghml>> Acesso em 15 out. 2022.

2 Tomamos por base as reflexões realizadas anteriormente em Vinhas (2021) e em Tejada, Caetano e Vinhas (2022).

transcorrendo o previsto pelo rito, com horário eleitoral, propagandas nas diversas plataformas midiáticas, debates, passeatas, comícios, caminhadas. Há imagens dos candidatos coladas aqui e ali, em bandeiras, adesivos, toalhas. Nos meses de setembro e de outubro de 2022, todas essas (e outras) iniciativas de promoção dos candidatos ganharam circulação nos diferentes espaços de sociabilidade, apesar de se observar uma redução nas manifestações individuais de adesão a determinadas candidaturas, pelo uso de camisetas ou bótons, por exemplo. Um embate acirrado se monta entre os dois candidatos com maiores projeções de voto para a Presidência da República, o que acarreta uma disputa agressiva, obstaculizando aquilo que se prevê no funcionamento do processo democrático eleitoral, principalmente com a grande proliferação de mentiras em materiais de campanha montados para esse fim.

A partir dessa dimensão ampla do jogo eleitoral, passamos a observar que comparecem, nas cenas do ordinário dos sentidos (PÊCHEUX, 2006), do cotidiano das práticas sociais, diferentes formas materiais nas quais as campanhas eleitorais efetivamente ganham corpo – e, para isso, precisam de corpos que coloquem essas formas materiais em circulação. As imagens dos candidatos estampadas em diferentes suportes passam a circular nas ruas, carregadas por diferentes sujeitos, que ocupam esquinas, próximos a semáforos, balançam e vigiam bandeiras ou seguram faixas, cravam wind banners em canteiros públicos, distribuem panfletos. São mulheres e homens de diferentes idades, predominantemente negros, contratados pelas equipes de campanha dos candidatos para obterem os votos dos outros, daqueles que ocupam o protagonismo do espaço urbano.

Aqui, a democracia se desdobra e reproduz a rachadura que a constitui: embora o espaço urbano seja o mesmo, as pessoas não o ocupam da mesma forma, não disputam os mesmos espaços. Há aqueles que podem e devem circular nos carros, nas camionetes de luxo com bandeiras do Brasil, e há aqueles que podem e devem fixar raízes nos canteiros públicos, nas esquinas, balançando bandeiras em mais um dos trabalhos informais executados por pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os candidatos se valem das aberturas feitas pelo regime trabalhista vigente e contratam temporariamente as vidas precárias (BUTLER, 2019) produzidas pelo capitalismo neoliberal, para que seus rostos – estampados nas bandeiras, nos banners, nos panfletos – ocupem, metaforicamente, os lugares que não podem nem devem ocupar fisicamente.

Quais são esses corpos que tomam as ruas, na chuva e no frio, no sol e no calor, para divulgar as candidaturas que concorrem às eleições nacionais? Que ficam em pé, expostos aos perigos do trânsito, aos barulhos, às sirenes, à falta de acesso a banheiros, à hidratação e à alimentação adequadas? Não interessa de qual partido político estamos falando: a prática de contratação de trabalhadores temporários em época de campanha eleitoral é possível no Brasil e garantida pela Lei nº 9.504/1997, convalidada pela Lei nº 13.877/2019. Os candidatos eleitos para a Câmara Federal, cujos rostos são expostos nas bandeiras que tremulam pelas ruas do país, são justamente aqueles que aprovam as leis que precarizam o trabalho executado pelos trabalhadores temporários das eleições – e é aí que se produz mais uma rachadura em nossa democracia, que, inegavelmente, funciona como

um sistema que representa uma determinada classe social, aquela que não vende a sua força de trabalho por duzentos reais por semana.

Dessas pessoas que ficam nas ruas, destacamos um grupo que tem sido o grande responsável pela execução desse trabalho precarizado durante as eleições: as mulheres negras. Assim, não são quaisquer pessoas as principais responsáveis pela execução desse trabalho. Os corpos observados nas esquinas, nas ruas dos grandes centros urbanos, são, predominantemente, corpos negros e femininos, o que impõe uma leitura do dito em relação ao não-dito, do corpo negro e feminino em relação ao corpo branco e masculino. Começamos, desse modo, a realizar o trabalho de expor a opacidade do texto ao olhar-leitor (PÊCHEUX, 1998), observando que todo objeto-a-ler é ponto de ancoragem de um jogo de discursividades que, num duplo processo, se tensionam e se estabilizam, conforme as coordenadas sociais, históricas e ideológicas que configuram uma determinada formação social. Tal é o efeito do político na forma como os sentidos se constituem, são formulados e circulam, existindo, em todo processo discursivo, os efeitos dos “saberes evidentes” que se reproduzem e se mantêm como dominantes. Conforme Pêcheux:

A Análise de Discurso não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito de interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro) (PÊCHEUX, 1998, p. 53, grifo do autor).

Estamos traçando um percurso de leitura de dois textos visuais, duas imagens que se relacionam às publicações online às quais foram incorporadas. Considerando a especificidade do trabalho da AD, buscamos colocar o dito em relação ao não-dito, atentando para a forma como essas imagens constroem, visualmente, uma sintaxe específica, a qual coloca em articulação elementos que configuram os sentidos evidentes da formação social brasileira. Para isso, é necessário, na configuração do dispositivo de leitura das imagens, relacionar raça, gênero e classe.

Para a configuração de nosso dispositivo, partimos de Fernandes (2013), para quem a leitura de imagens deve ser compreendida como um processo referido a uma memória do discurso visual articulada a uma rede de formulações visuais. Segundo ela, “é preciso entender que cada imagem faz retornar na memória do dizer outras imagens que já vêm carregadas de sentidos, como formas anteriores de formulação do discurso” (FERNANDES, 2013, p. 163). A leitura de imagens é um processo saturado de sentidos, cujo trabalho da memória é fundamental para alicerçar a forma como o engajamento com determinada região do interdiscurso permitirá que o sentido se produza. É, portanto, dependente da identificação do sujeito com formações discursivas que lhe fornecerão aquilo que pode e deve significar, processo materialmente ancorado no funcionamento da ideologia e do inconsciente. Na forma como a imagem produz sentido, então, podemos dizer que ocorre a remissão do intradiscurso ao interdiscurso na deslinearização da imagem (LAGAZZI, 2013). No trabalho de leitura de imagens em

desenvolvimento no presente texto, precisamos, como foi dito, relacionar o corpo às imbricações entre raça, gênero e classe no processo de produção do sentido.

Ao tratar sobre as mulheres em situação de trabalho precarizado, conseguimos observar a existência de um processo histórico de pauperização das mulheres, e, no Brasil, do permanente estado de pauperização das mulheres negras. Para Burgos (2022, p. 1718), em estudo publicado recentemente, a precarização do trabalho acomete, principalmente, as mulheres pobres e negras, associada ao trabalho doméstico. Assim, “a pauperização feminina no mundo contemporâneo está presente na maioria das cidades brasileiras, em virtude de um processo histórico cultural, onde ainda existem menos oportunidades de trabalho e menor renda para as mulheres [...]”, o que se tornou ainda mais agudo com a situação de pandemia de Covid-19.

Gurovitz (2003) salienta os trabalhos precarizados ocupados prioritariamente por mulheres, envolvendo o trabalho informal e o emprego de meio período; isso mantém desigualdades salariais, instabilidade de vínculo com fonte de renda, piores condições de trabalho e de saúde. Além de desempenharem trabalhos nos quais se encontram desamparadas pela legislação trabalhista, sem férias, seguro desemprego, licença para tratamento de saúde ou maternidade, nem 13º salário, essas mulheres, muitas vezes, são as únicas responsáveis pelo trabalho reprodutivo em suas próprias casas. Segundo nossa interpretação, todo esse regime de organização do trabalho é efeito da atribuição histórica do trabalho doméstico não-remunerado às mulheres, sendo ainda mais natural às mulheres negras, que o exerciam ao serem escravizadas.

Conforme Battacharya (2019), “mais de três quartos dos trabalhadores nas dez categorias de trabalho com salários mais baixos são mulheres e mais de um terço são mulheres de cor”. No que diz respeito à informalidade, ela é muito maior entre as mulheres, sendo que a situação é ainda mais séria quando mulheres pobres têm filhos e são as únicas responsáveis pelo trabalho de cuidado<sup>3</sup>.

As relações de raça, classe e gênero estabelecem, de maneira sobre-determinada, os lugares que podem e devem ser ocupados por determinados corpos/sujeitos, colocando como evidentes os sentidos sobre ser mulher e sobre ser mulher negra na nossa sociedade de classes. Há, como dominante desses processos, o sistema capitalista neoliberal, cujo impossível é, justamente, uma sociedade em que não haja divisões.

O trabalho reprodutivo, desenvolvido pelas mulheres (a elas atribuído no processo de transição do feudalismo ao capitalismo) é necessário ao trabalho assalariado. Observamos, assim, que a divisão da formação social em duas classes (detentores dos meios de produção e vendedores de força de trabalho) gera outras divisões. A classe trabalhadora se divide entre trabalhadores assalariados com diferentes remunerações (as quais dependem do gênero e da raça); entre trabalhadores com diferentes funções sociais e espaços de trabalho (o trabalho de produção, do âmbito público, e o trabalho

de reprodução, do âmbito privado, executado por homens e por mulheres, respectivamente); entre trabalhadores com diferentes graus de escolaridade (o trabalho qualificado, geralmente executado por homem ou mulher branca da classe burguesa, e o trabalho não-qualificado, mal remunerado e atribuído a mulheres e a homens negros, pobres); além do trabalho sexual, executado principalmente por mulheres pobres. Além disso, o Estado, investido do funcionamento neoliberal do capitalismo, não mede esforços na consolidação do trabalho informal, o que provoca ainda mais divisões na classe.

Embora tal descrição das divisões do trabalho seja bastante simples, podemos visualizar, com esse quadro, que se instalam diferenças no interior da classe trabalhadora, que fazem com que os trabalhadores concorram entre si ao invés de se reconhecerem como classe<sup>4</sup>. As mulheres, especialmente as mulheres negras, são as mais fragilizadas nesse cenário, e são justamente elas as responsáveis pela sustentação do modo de produção capitalista neoliberal. Vale, sobre isso, trazer a afirmação de Toledo (2001, p. 9-10, grifo da autora):

A mulher burguesa, por mais oprimida que seja como mulher, não tem dupla jornada, não passa o dia trabalhando, não tem de lutar por sua sobrevivência. Ela não é explorada. Pelo contrário. Explora outras mulheres e homens. Nunca ouvimos falar de uma mulher burguesa que tivesse sangrado até a morte por um aborto clandestino. Nunca vimos uma mulher burguesa passar por uma revista íntima na porta de uma fábrica. Nunca vimos uma madame gritando porta de uma escola para conseguir vaga para o filho. Nunca soubemos de uma *socialite* que deixasse seu filho pequeno com a vizinha por falta de creche no local de trabalho, e nem tampouco que precisasse de auxílio-maternidade (TOLEDO, 2001, p. 9-10).

Se o gênero nos une, como diz Toledo (2001), a classe (e a raça, acrescento) nos divide. Com isso, continuo a reflexão, tentando falar sobre o trabalho reprodutivo. As divisões que constituem a formação social capitalista, e, no Brasil, que são fortemente relacionadas às diferenças de raça, enfraquecem as classes, que estão sempre fragilizadas em uma luta desigual por melhores condições de sobrevivência. A dominância do capital exerce seu papel na configuração de diferentes subalternidades, que sustentam o modo de produção. Para isso, é necessário que exista um regime de produção de sentidos que mantenha determinadas redes semânticas naturalizadas, em posição dominante, sendo impossível reconhecer-se fora dessa trama, desse enredo discursivo materializado em diferentes textos, verbais e não-verbais. Apresento, com base nas considerações supracitadas, a primeira imagem que compõe nosso corpus de análise, conforme pode ser observado em (01).

## Imagem 01<sup>5</sup>

---

4 O capítulo "A Concorrência", presente na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2010), permite-nos compreender esse processo.

5 Disponível em: <<https://doi.com.br/noticias/para/614081/balancar-bandeiras-de-candidatos-garante-renda-extra?d=1>>. Acesso em: 15 out. 2022.



Fonte: <<https://dol.com.br/noticias/para/614081/balançar-bandeiras-de-candidatos-garante-renda-extra>>

A imagem consta em uma notícia intitulada “Balançar bandeiras de candidatos garante renda extra”, publicada em um portal chamado DOL. Foi divulgada na seção Notícias/Pará, no dia 04/11/2020, momento em que ainda estávamos na pandemia e sem previsão de início da vacinação da população. O subtítulo da notícia diz: “A prática de balançar bandeirolas é antiga e uma oportunidade de ocupação temporária em período eleitoral”.

A imagem é dividida em duas partes, cuja fronteira é delimitada pelo cordão da calçada. No lado esquerdo, visualizamos um caminhão azul ocupando o espaço do asfalto, transitando com três homens em seu interior. Há, ao fundo, um ônibus em deslocamento; ainda é possível observar um carro estacionado no lado esquerdo da imagem. Quando olhamos para o lado direito, sobre a calçada, identificamos sete corpos de mulheres, todas negras, balançando bandeiras com a mesma estampa. O espaço onde elas estão é um canteiro central de uma avenida; no lado direito, é possível observar que o canteiro termina e começa o asfalto, onde transitam os carros na direção contrária à do caminhão azul. As bandeiras se colocam à frente dos corpos das mulheres, e conseguimos enxergar somente partes de seus corpos. Os rostos da maioria delas não são visíveis, já que as bandeiras, quando balançadas, ficam na altura deles. Enxergamos prioritariamente as suas pernas, pois as bandeiras não ultrapassam a linha da cintura. Podemos ver que elas vestem uma camiseta azul, que parecem, portanto, fazer referência à cor do partido do candidato que as contratou, visto que as bandeirolas são da mesma cor. Um rosto é parcialmente visível, e conseguimos ver que está com máscara. As bandeiras ganham, assim, o protagonismo da cena.

Tentando reconstruir a imagem linguisticamente, trabalhando no processo de deslinearização (LAGAZZI, 2013) para chegarmos ao funcionamento interdiscursivo, podemos construir uma oração cuja posição de sujeito seria ocupada pelas bandeiras (e não pelas mulheres). Assim, o resgate sintático daquilo que acontece no visual poderia tensionar diferentes enunciados, que passam a compor o arquivo deste trabalho<sup>6</sup>. São eles: (1)

*Bandeiras* de candidatos à eleição são balançadas em avenida; (2) *Bandeiras* de candidatos à eleição são balançadas em avenida por *trabalhadores temporários*; (3) *Bandeiras* são balançadas em avenida por *mulheres negras em trabalho precarizado*. Tais formulações colocam, na posição de sujeito, as bandeiras; mesmo não ocupando a posição de sujeito, as formulações preveem, pelo funcionamento da oração na voz passiva, uma posição de agente da passiva, que pode ser elipsada, como aconteceu na formulação (1), ou pode ser explicitada, conforme as duas formulações seguintes. Há, na tentativa de explicitar o agente da passiva, diferentes designações que poderiam ser mobilizadas, o que pode fazer referência a vários movimentos de resgate do interdiscurso, que trazem à tona a tensão entre regiões que compõem o interdiscurso.

Além das construções acima mobilizadas, é possível deslocar o agente da passiva para a posição de sujeito, gerando a seguinte formulação: (4) *Mulheres negras* balançam *bandeiras* de candidatos às eleições em avenida. Várias outras paráfrases linguísticas poderiam ser elaboradas a partir daquilo que é colocado visualmente, sendo importante pensar que essas paráfrases somente são possíveis de serem elaboradas em determinadas condições de produção. O que elas nos indicam é a impossibilidade de, mesmo em uma imagem, um texto não ser exposto à sua opacidade e, nesse trabalho, podemos alinhar as contradições, os jogos entre ditos e não-ditos, que constituem a forma como uma imagem produz sentido. Ao elaborarmos as paráfrases, colocando o dito em relação ao não-dito, também trabalhamos com diferentes possibilidades de nomear o que se vê, de organizar na língua o que se observa visualmente, e esse modo como a paráfrase se formula também é afetado por uma certa maneira de ler, por um trabalho da memória discursiva confrontada com a opacidade do texto.

Voltemos à imagem: um dia quente no norte do país obriga as mulheres a usar bermudas, deixando suas pernas à mostra. Todas estão no mesmo lado da calçada, com as costas no sol; se estivessem no outro lado do canteiro, encarariam o sol de frente, direto nos seus rostos. Olhando mais atentamente, verificamos que a mulher com bermudas amarelas está grávida. A harmonia entre as cores que dominam a imagem, tanto no azul do caminhão quanto no azul das bandeiras e das camisetas, produz um efeito de homogeneidade na imagem, um balanço entre as cores que ocupam tanto o asfalto quanto a calçada. No entanto, essa divisão começa a ganhar os contornos da ideologia dominante quando observamos os corpos que estão situados nos lugares que a imagem recorta. De um lado, o caminhão, no asfalto, ocupado por homens; de outro lado, a calçada, ocupada pelas mulheres, sem proteção. Mesmo parecendo serem membros da mesma classe, da classe trabalhadora, existe um regime de ocupação do espaço urbano que põe à mostra as divisões sociais (sexuais, raciais) do trabalho.

Essa divisão é marcada materialmente na organização da imagem, entre o asfalto e a calçada. A imagem mostra como o espaço urbano é dividido, materializa as diferenças de raça, classe e gênero dos sujeitos que nele transitam. Um gesto de interpretação possível de ser estabelecido diz respeito

justamente a essa divisão entre o asfalto e a calçada, aparentando que o cordão da calçada opera uma moldura entre partes que não se misturam, que só se tocam pelo olhar. Há um enquadramento entre asfalto e calçada que coloca, no plano do visível, um funcionamento discursivo que determina o regime de produção de evidências. Tal funcionamento só é possível porque o processo de identificação dos sujeitos com formações discursivas é determinado pelo gendramento<sup>7</sup> (ZOPPI-FONTANA; FERRARI, 2017) e pela racialização (MODESTO, 2021). A divisão entre o asfalto e a calçada coloca em marcha esse regime de produção de sentidos, sexista e racista, mostrando, materialmente, como os saberes evidentes reproduzem uma determinada posição de classe, de raça e de gênero. O racismo e o sexismo, recalcados em nossa formação social, fazem retorno na imagem, sendo possível dizer que é natural que mulheres negras e pobres executem trabalhos precarizados em nossa formação social.

Nesse investimento em torno da leitura da imagem, vamos tentando enlaçar a descrição e a interpretação. Existe um efeito de naturalização dos lugares ocupados por esses corpos/sujeitos, que garante a reprodução da ideologia dominante, que autoriza a ocupação dos espaços públicos pelas mulheres quando da realização do trabalho precário mal-remunerado. Entre o asfalto e a calçada se instala uma divisão social produtiva para o capitalismo neoliberal, sustentada nessas divisões; isso proporciona o gerenciamento de uma rede de saberes naturalmente encaixada nas formulações visuais, como se sempre estivessem lá. A mão que segura o volante do caminhão e a mão que segura a bandeira são diferentes, e, mesmo como ocupantes da mesma classe dominada da nossa formação social, as configurações de raça e de gênero evidentes tomam corpo como se sempre fosse assim. Este é o trabalho da memória discursiva, que,

[...] como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização, [...] face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊ-CHEUX, 2007, p. 52).

A imagem, conforme mencionado anteriormente, apresenta sete corpos/sujeitos fragmentados, recortados pela bandeira, funcionando metonimicamente. O olhar-leitor reconstrói cada uma das mulheres a partir das partes de seus corpos, buscando marcas corporais que possibilitem a relação com o significante *mulher*. A restauração imaginária desses corpos, a partir de seus fragmentos, ao ser confrontada com o lugar ocupado por esses corpos, permite interpretar que, mesmo que não sejam mulheres negras em pé na calçada, é natural que todos os corpos sejam corpos de mulheres negras. É como se soubéssemos da resposta antes mesmo de colocarmos a pergunta. O significante *mulher* surge naturalmente, como se fizesse parte daquela cena, na formulação possível sobre quem é responsável por esse trabalho precarizado.

Com essas considerações, tomamos o regime de repetibilidade dos dis-

7 Também optamos por falar em *generificação*, ou seja, processos referidos ao gênero.

ursos, que ganha corpo através de diferentes formas materiais, e resgatamos a imagem de outra mulher no exercício do mesmo trabalho informal, agora não mais em 2020, mas dois anos depois, em 2022, publicada no perfil do Instagram @vitriņepara no dia 10 de setembro de 2022. Nos deslocamos no tempo e no espaço e voltamos ao ritual das eleições, dois anos depois, onde encontramos outra formulação visual que se vincula parafrasticamente àquela formulação presente na imagem anterior. A imagem que agora passa a ser descrita e interpretada consta em (02), acompanhada da legenda que consta na postagem.

**Imagem 02<sup>8</sup>: “Muitos julgam sem saber a real necessidade do próximo. Você é um exemplo de Mãe, J. B.?! <3”**



Fonte: Instagram @vitriņepara (2022)

Já havíamos observado uma presença ausente na imagem 01, quando reconhecemos uma mulher que está grávida; a presença ausente diz respeito às crianças que são filhas e filhos das mulheres nas imagens. Embora não estejam visíveis na formulação visual, há a possibilidade de remetermos a esse dito, ou seja, de que as mulheres negras que aparecem na primeira imagem aqui apresentada são mães. O batimento operado com a Imagem 02 autoriza essa interpretação, remetendo-nos a uma rede de paráfrases

8 Imagem disponível no perfil do Instagram @vitriņepara. Acesso em 16 out. 2022.

9 O nome completo da mulher é referido na legenda da foto, mas preferimos omiti-lo nesta análise.

possíveis, que deslocam aquilo que pode e deve ser dito pelo funcionamento discursivo da primeira imagem. Assim, poderíamos acrescentar, à composição do arquivo deste trabalho, as formulações a seguir: (5) *Mulheres negras mães* balançam bandeiras de candidatos às eleições em avenida; (6) *Mães negras* balançam bandeiras de candidatos às eleições em avenida; (7) *Mães pretas* balançam bandeiras de candidatos às eleições em avenida. Com a última formulação, com a emergência da designação *mãe preta*, vamos trabalhando nosso arquivo, e chegamos ao projeto de exposição de arte e pesquisa de Isabel Löfgren e Patrícia Gouvêa. O projeto, conforme consta no seu site oficial<sup>10</sup>, “aborda a memória da escravidão no Brasil através do questionamento do olhar habitual sobre imagens da maternidade negra em arquivos históricos e suas reverberações no Brasil contemporâneo”. Chegamos, assim, à escravização, que segue, até o presente, produzindo efeitos nos corpos das mulheres negras.

Do projeto seguimos nosso trabalho de arquivo no resgate da imagem de uma escultura de bronze, localizada no largo do Paissandú, no Centro Histórico da cidade de São Paulo. A escultura, intitulada, justamente, *Mãe preta*, representa uma mulher negra amamentando uma criança branca. Com isso, conseguimos resgatar mais uma formulação visual que se engaja nas redes parafrásticas possíveis de serem tecidas no trabalho de leitura das imagens. A imagem da escultura pode ser visualizada em (03).

Imagem 03<sup>11</sup>: Mãe Preta



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A3e\\_preta](https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A3e_preta)

Com essa passagem pelo projeto e pela escultura, chegamos à reflexão de Cestari, Chaves e Baldini (2021), na qual os autores trabalham com o imaginário dos corpos femininos racializados. Do trabalho dos autores, tomo a citação de Sandra Almeida: “o corpo feminino passa a simbolizar metaforicamente a terra conquistada” e “a mulher nativa aparece como mito de origem fundador, ocupando um lugar relevante no imaginário social” (ALMEIDA, 2009, p. 418 apud CESTARI; CHAVES; BALDINI, 2021, p. 27). A mãe preta, assim alcunhada por Gonzalez (2019), retorna na imagem

que os autores analisam e, também, nas imagens que compõem o presente arquivo, passando a ser trabalhadas em uma rede parafrástica que, como não poderia deixar de ser, vai deslizando e produzindo novos efeitos de sentidos, que, no presente trabalho, estão amarrados à dominação neoliberal do capitalismo atual. Essas imagens colocam em circulação o “racismo à brasileira”, ou, ainda com Gonzalez (2019), a “neurose cultural brasileira”, que substitui o racismo pela miscigenação, tentando estancar os sentidos de segregação, os quais são materialmente visíveis em diferentes formulações colocadas aos nossos olhos. Esse processo é denominado como “mito da democracia racial”, que, segundo a autora,

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos *mulata* e *doméstica* são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZALEZ, 2019, p. 242).

A leitura de Lélia Gonzalez sobre a chamada “neurose cultural brasileira” nos convoca a pensar sobre o racismo e o sexismo que se aliam ao Estado na configuração da forma como as palavras ganham sentido, e, assim, retomando a imagem, ao observarmos a mulher grávida, voltamos à questão do trabalho reprodutivo. A mãe preta que balança a bandeira também amamenta; ao mesmo tempo em que nutre o capitalismo neoliberal com a venda de sua força de trabalho subvalorizada, também nutre sua filha, sendo a única responsável por dar-lhe o alimento e a possibilidade de seguir viva. A criança de poucos meses, assim como a mãe, é exposta a todos os perigos do trabalho precarizado que executa. A criança é uma extensão da própria mãe; se, na Imagem 01, observávamos os fragmentos dos corpos das mulheres, aqui vemos o corpo por inteiro, juntamente com o corpo da filha, que também é parte de seu corpo. Com essa leitura, podemos chamar uma pergunta elaborada por Battacharya (2017, p. 1, tradução minha): “Se o trabalho do trabalhador produz toda a riqueza na sociedade, quem, então, produz o trabalhador?”.

A autora, então, ajuda-nos neste ponto. Segundo ela, quando “restauramos o trabalho como a fonte do valor sob o capitalismo e como a expressão da própria vida social da humanidade, nós restauramos ao processo ‘econômico’ seu componente confuso, sensual, gendrado, racializado e rebelde: seres humanos vivos capazes de seguir ordens – assim como de desprezá-las” (BATTACHARYA, 2015, p. 03, tradução minha). Os *seres humanos vivos* são indivíduos que se transformaram em sujeitos pelo processo de interpelação ideológica. É assim que chegamos à articulação possível entre os pressupostos da Análise Materialista do Discurso, referidos à forma como ocorrem os processos de significação, em relação com a ideologia, e o papel do trabalho reprodutivo em nossa formação social, via Teoria da Reprodução Social, permitindo-nos pensar sobre o estatuto do trabalho reprodutivo como elemento vinculado às identificações de gênero e de raça.

Com isso, encaminhando este texto para um fechamento, mesmo que

provisório, afirmamos que as identificações de gênero e de raça, assim como a identificação de classe, compõem o processo de interpelação ideológica. Isso significa que, em função de a formação social ser capitalista, racista e patriarcal, a não afetação por esses três elementos na forma como o indivíduo se torna sujeito é o impossível do processo de interpelação ideológica. Considerando que o processo de interpelação ideológica é o acontecimento necessário para que exista produção de sentido, que permite que os sujeitos estejam inseridos no arranjo simbólico nos quais os sentidos são produzidos, formulados e circulam, é necessário compreender que tal inscrição não se faz desalinhada dos saberes dominantes que sustentam a formação social tal como ela é – somos conduzidas a reproduzir exatamente o que nos subordina, de modo a manter as relações de produção em amplo processo de expansão e geração de mais exploração/opressão. Para que isso ocorra, há a necessidade de instalação de um regulador interno, um vigilante constante que garante a determinação do sujeito pelo Estado, incapaz de qualquer insubordinação, resistência ou questionamento. A interpelação ideológica age na constituição do sujeito-de-direito, aquele que se autorregula para que o Estado possa seguir funcionando e sustentando a identificação dos sujeitos com saberes desvinculados de suas condições reais de existência – conforme teorização de Althusser (2008). É por isso que Pêcheux (2019) diz que a cada classe não corresponde uma ideologia; do mesmo modo, não é possível afirmar que pessoas negras não reproduzem o racismo, assim como mulheres não reproduzem o machismo.

Antes de finalizar, é importante mencionar dois textos que tratam sobre mulheres negras em situações não previstas pela formação social brasileira. Em Zoppi-Fontana e Cestari (2015), ao analisarem a designação “cara de empregada doméstica”, as autoras trabalham com a recepção das médicas cubanas no Brasil quando da implantação do Programa Mais Médicos, durante o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff. Ao chegarem aqui, as médicas foram hostilizadas pela classe médica brasileira – branca e burguesa. Uma jornalista fez uma publicação no Facebook na qual afirmou que as médicas cubanas tinham “cara de empregada doméstica”. A análise empreendida pelas autoras trabalha justamente o racismo recalcado em nossa formação social, que não admite que mulheres negras, cubanas, possam ocupar o lugar de prestígio historicamente ocupado por membros de nossa classe dominante, de pessoas brancas, identificadas com a escravização das pessoas negras.

O segundo texto traz uma mulher negra atuando como advogada em uma audiência. Modesto (2019) realiza uma reflexão sobre o grito de Valéria Lúcia dos Santos, que, ao tentar fazer com que a audiência tivesse o rito respeitado, solicitando à juíza que desse prosseguimento à contestação antes do encerramento da sessão, foi algemada por policiais. No momento em que está no chão, algemada, grita que, *como mulher e como negra*, estava trabalhando, e tinha o direito de solicitar a contestação. O grito manifesta a resistência da mulher, que é hostilizada por tentar fazer valer o que está previsto em lei. Mais uma vez, a opressão ocorre com uma mulher negra que produz um furo nas determinações de nossa formação social, ocupando uma posição não historicamente prevista a ela.

Assim, os dois trabalhos indicam que, em alinhamento com González

(2019), somente há dois lugares possíveis de serem ocupados por mulheres negras na formação social brasileira: o da mulata e o da empregada doméstica, herança da escravatura que segue produzindo efeitos em nossa formação social. Os trabalhos informais precarizados, tais como o trabalho executado pelas mulheres negras em período eleitoral, são todos herdeiros do racismo estrutural que só prevê um sentido possível para as mulheres negras: o da subalternidade.

Antes de fechar o texto, voltemos às mulheres das imagens. As mães pretas, exercendo trabalho informal, precisam, cada vez mais, para que as opressões de gênero e de raça e a exploração de classe não continuem, de redes de apoio para manterem a si e aos filhos vivos. No Brasil de outubro de 2022, estamos prestes a definir o Presidente que ocupará o Palácio do Planalto durante os próximos quatro anos. O candidato à reeleição anunciou, em entrevista à revista *Veja*: “Quanto mais Estado, pior”<sup>12</sup>. O enunciado, estampado na capa da edição nº 2810 da revista, mostra que não há interesse do capitalismo neoliberal, representado pelo afiliado ao PL, pela criação de redes de apoio para mulheres negras e pobres com filhos. Além disso, cabe ressaltar que o orçamento do ano de 2023 apresentado pelo atual Presidente prevê o corte de 97,5% dos recursos para novas creches<sup>13</sup>, sendo possível criar somente cinco escolas em todo o território brasileiro, um dos maiores países do mundo tanto em quantidade de pessoas quanto em extensão territorial.

Por fim, pergunto: até quando as mães pretas seguirão sustentando a formação social brasileira?

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Ler o arquivo em Análise de Discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 64, 2022.

BATTACHARYA, Tithi. How not to skip class: social reproduction of labor and the global working class. **Viewpoint Magazine**, out. 2015.

BATTACHARYA, Tithi. Introduction: mapping social reproduction theory. In: BATTACHARYA, Tithi. (Org.). **Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression**. London: Pluto Press, 2017.

BATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de

---

12 Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2810/>>. Acesso em 19 out. 2022.

13 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/10/orcamento-de-2023-proposto-por-bolsonaro-corta-975percent-dos-recursos-para-novas-creches-so-ha-dinheiro-para-cinco-escolas.gh.html>>. Acesso em 19 out. 2022.

Renata Vereza. **Esquerda online**, 2019. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>>. Acesso em: 16 out. 2022.

BURGOS, Ana Lúcia Alencar. A pauperização feminina nas cidades brasileiras – trabalho, classe, raça. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 1718-1737, jan. 2022.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CESTARI, Mariana Jafet; CHAVES, Tyara Veriato; BALDINI, Lauro José Siqueira. O pretuguês, a língua materna e os discursos fundadores da brasilidade. In: ZOPPI-FONTANA, Mônica; BIZIAK, Jacob dos Santos. (Org.). **Mulheres em discurso: lugares de enunciação e corpos em disputa – volume III**. Campinas: Pontes, 2021, p. 27-52.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, Carolina. **A resistência da imagem: uma análise discursiva dos processos de leitura e escrita de textos visuais**. 2013. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

GUROVITZ, Elaine. **Gênero e pauperização das mulheres**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV, 2003.

LAGAZZI, Suzy. A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 104-110, 2013.

MODESTO, Rogério. Gritar, denunciar, resistir: “como mulher, como negra”. In: ADORNO, Guilherme et al (Org.) **O discurso nas fronteiras do social: uma homenagem à Suzy Lagazzi – volume 2**. Campinas: Pontes, 2019.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Trad. Ana Maria Dischinger Marshall e Heloisa Monteiro Rosário. **Cadernos de tradução**, Instituto de Letras, n. 1, 2. ed., nov. 1998.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In* : ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. 2.ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Linguística e marxismo: formações ideológicas, Aparelhos Ideológicos de Estado, formações discursivas. Tradução de Rodrigo Oliveira Fonseca. *In*: ADORNO, Guilherme; NOGUEIRA, Luciana. (Org.). **Encontros da Análise de Discurso**: efeitos de sentidos entre continentes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019.

TEJADA, Bruna Vitória; CAETANO, Virgínia Barbosa Lucena; VINHAS, Luciana Iost. Eso que llaman amor: trabalho, arte e resistência no espaço urbano. **Rua**, v. 28, p. 107-124, 2022.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.

VINHAS, Luciana Iost. E se fosse ao contrário? Se o gênero nos une, a classe e a raça nos dividem. *In*: SILVA, Dalexon Sérgio da; SILVA, Claudemir dos Santos da. (Org.). **Pêcheux em (dis)curso**: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo. São Carlos: Pedro & João, 2021.

ZOPPI-FONTANA, Mónica; CESTARI, Mariana Jafet. “Cara de empregada doméstica”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. **Rua**, Campinas, v. 20, p. 167-185, 2015.

ZOPPI-FONTANA, Mónica; FERRARI, Ana Josefina. Apresentação: uma análise discursiva das identificações de gênero. *In*: ZOPPI-FONTANA, Mónica; FERRARI, Ana Josefina. (Org.). **Mulheres em discurso**: gênero, linguagem e ideologia. Campinas: Pontes, 2017.